

PERIGOS DA AUTOMEDICAÇÃO IRRESPONSÁVEL

*Liliane de Almeida Cardoso¹, Nayranna Fernanda Ribeiro Barbosa Andrade¹, Isabelle Guedes da Silva Sousa¹, Cinthya Maria Pereira de Souza².

¹ *Discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande.*

² *Docente do Curso de Bacharelado em Farmácia da Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande.*

*almeida.lilianne@gmail.com

Introdução: A automedicação consiste na utilização de medicamentos sem prescrição médica. É considerada uma forma alternativa, a partir da qual é possível aliviar sintomas incômodos ocasionados pelas doenças, sem submissão à uma consulta. Contudo, o uso inadequado de medicamentos pode provocar problemas de saúde. **Objetivo:** Averiguar na literatura científica os perigos ocasionados pela automedicação entre a população. **Metodologia:** Foi realizado um estudo de revisão de literatura com os seguintes descritores: "Automedicação", "Risco" e "Medicamentos sem Prescrição". As bases de dados foram: Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Com um total de 8 artigos científicos disponíveis online analisados, nos idiomas português, inglês, espanhol. **Resultados:** De acordo com os artigos analisados, constatou-se que algumas pessoas se utilizam de medicamentos sem prescrição e orientação médica com intuito de amenizar sintomas decorrentes de doenças consideradas “simples” e que a falta de tempo e a influência de terceiros são fatores condicionantes para a prática da automedicação. Contudo, foi detectado que o uso constante de fármacos pode acarretar uma série de problemas a saúde como: intoxicação, dependência, tolerância, resistência bacteriana, reações alérgicas, interações medicamentosas, reações adversas ou até mesmo a morte. **Conclusão:** Foi observado que a automedicação é uma prática costumeiramente exercida pelos usuários, e que geralmente é influenciada por uma série de fatores. No entanto, pode vir a ocasionar danos mais graves ou até mesmo mascarar determinados sintomas acarretando uma série de problemas a saúde.

Palavras-chave: Automedicação, Risco, Medicamentos sem Prescrição.

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) a automedicação é o ato de tomar remédios por conta própria, sem orientação médica. A automedicação irresponsável geralmente é vista como uma solução para alívio imediato de alguns sintomas, porém podem trazer consequências a saúde ou acarretar o agravamento de uma doença, uma vez que a utilização inadequada pode mascarar determinados sintomas.

Alguns dos principais sintomas pelo qual a população mais se utiliza de medicamentos sem prescrição médica são: tosse, resfriado comum, gripe, congestão nasal, broncoespasmo, febre, cefaléia, diarreia, “má digestão” e cólica abdominal (CRUZ, 2014). Tendo em vista os sintomas, é notável que as classes farmacológicas que estão envolvidas na automedicação são os denominados fármacos de venda livre de prescrição (MIPs), ou seja, sem a orientação de um profissional de saúde, gerando uma utilização irracional do medicamento, muitas vezes porque é o método considerado mais "simples" para melhorar ou amenizar os sinais e sintomas que o afligem (FERNANDES, 2014).

Segundo o Conselho Federal de Farmácia, problemas de saúde considerados simples são também denominados problemas de saúde autolimitado, caracterizado por enfermidade aguda de baixa gravidade, de breve período de latência, que desencadeia uma reação orgânica a qual tende a cursar sem danos para o paciente e que pode ser tratada de forma eficaz e segura com medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação não exija prescrição médica, incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais - alopáticos ou dinamizados -, plantas medicinais, drogas vegetais ou com medidas não farmacológicas. (BRASIL, 2013).

O uso indevido dos medicamentos pode acarretar agravos à saúde dos indivíduos podendo esconder determinados sintomas, vindo a provocar danos maiores. Esse consumo inadequado sem prescrição médica é empregado pelo usuário muitas vezes por conta própria ou indicativo de indivíduos não habilitado para tal indicação, sem avaliação de um profissional de saúde. Esse processo inadequado é considerado um problema de Saúde Pública no Brasil.

De acordo com os dados estatísticos da OMS, em todo o mundo mais de 50% de

todos os medicamentos são dispensáveis ou são vendidos de forma inadequada, enquanto cerca de 1/3 da população mundial tem carência no acesso a medicamentos essenciais, no qual estima-se mundialmente 50% dos pacientes ingerem medicamentos de forma incorreta (OMS, 2016).

A parte mais preocupante quanto à automedicação está associado com os Problemas Relacionados à Medicamentos (PRM), termo frequentemente utilizado na Atenção Farmacêutica e na Farmácia Clínica. Os PRM's podem estar relacionados a Reações Adversas a Medicamentos (RAM's), consideradas não evitáveis e que sempre produzem dano ao paciente (CINFARMA, 2015). Foram criados e incluídos estudos observacionais avaliando a ocorrência de danos relacionados ao uso de medicamentos, sob os conceitos de eventos adversos a medicamentos (EAM), problemas relacionados a medicamentos (PRM) e resultados negativos associados a medicamentos (RNM), assim como os componentes considerados como parte de suas definições. (SOUZA, 2014).

Portanto, a prática da automedicação é considerada para a Saúde Pública um problema, tendo em vista os sérios danos possíveis assim como apresenta potencial de letalidade aos usuários. Partindo do entendimento de que os medicamentos têm como finalidade cessar ou aliviar sinais e sintomas decorrentes de algum problema de saúde, assim como controlar doenças crônicas, reduzir o risco de complicações, atuar na recuperação da saúde e auxiliar no diagnóstico de doenças, é importante lembrar que apenas um profissional de saúde habilitado pode orientar corretamente quanto a terapêutica a ser empregada na cura das doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Metodologia

Tratou-se de uma revisão bibliográfica, realizada a partir de artigos publicados nas bases de dados: Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Foram usados os seguintes descritores: "Automedicação", "Risco" e "Medicamentos sem Prescrição". Foram utilizados um total de 8 artigos científicos que seguiram os seguintes filtros de critério de inclusão: artigos entre os anos de 2014 a 2017, nos idiomas português, inglês, espanhol e disponíveis online. A pesquisa ocorreu durante os meses de janeiro a abril de 2018.

Resultados e Discussão

A automedicação é prática comum no Brasil e envolve principalmente o uso de medicamentos sem receita médica. Segundo uma pesquisa realizada no Brasil entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014, os medicamentos mais consumidos pela automedicação foram: dipirona, cafeína única-orfenadrina-dipirona e paracetamol de dose fixa única. A maioria dos medicamentos geralmente foi classificada como medicamentos sem receita médica (65,5%), seguida da venda de medicação prescrita (24,4%) e das drogas de controle especial (0,5%), sendo (48,5%) dos 12 medicamentos mais utilizados (automedicação) eram medicamentos sem receita médica (ARRAIS, 2016)

Um estudo realizado no Vale do Jequitinhonha/MG, demonstrou que a prevalência de consumo de medicamentos entre crianças e adolescentes foi (56,57%) e o não consumo (42,43%). O uso de plantas medicinais foi de (72,9%) para o consumo de medicamento e (74,3%) para o não consumo. As situações de saúde para o consumo foram tosse, resfriado comum, gripe, congestão nasal ou broncoespasmo (49,7%); febre (5,4%); cefaléia (5,4%); diarreia, “má digestão” e cólica abdominal (6,7%). Na automedicação, (30,57%) dos medicamentos foram indicados pela mãe, e (69,42%) de prescrições médicas. Destaca-se na automedicação o uso de paracetamol (30,2%), dipirona (20,8%) e antigripais (18,8%). E um maior uso de analgésicos/antipiréticos, seguido do aparelho respiratório, antibióticos sistêmicos, antagonistas H1 da histamina e vitaminas/antianêmicos (CRUZ, 2014).

O paracetamol (acetaminofeno) é metabolizado no fígado, principalmente, por três vias. Uma delas origina um metabólito de variável grau de toxicidade, atingindo principalmente o fígado, podendo causar insuficiência hepática (IH), além de danos renais e aos processos de coagulação. As intoxicações por paracetamol constituem grande causa de dano hepático registrado nos Centros de Informação Toxicológica de países como Estados Unidos e Reino Unido, devido ao seu fácil acesso e à variação de formas farmacêuticas em que é encontrado. No Brasil, a facilidade em adquiri-lo tem feito o número das intoxicações por esse fármaco aumentar desde os últimos vinte anos. (BARBOSA, 2016).

Em um estudo transversal de base populacional realizado em adultos no Distrito

Federal, foram entrevistadas 1.820 pessoas, das quais 646 usaram pelo menos um medicamento; a prevalência da automedicação foi de 14,9% (IC 95%: 12,6%; 17,5%); a análise ajustada apontou associação negativa em pessoas na idade de 50 a 65 anos (razões de prevalência – RP: 0,26; IC 95% : 0,15; 0,47) e com doenças crônicas (RP=0,38; IC 95%: 0,28; 0,51); adultos com dificuldades na prática de atividades cotidianas (RP=2,25; IC 95%: 1,43; 3,53) realizaram mais automedicação (DOMINGUES, 2017).

Só no ano de 2014, 25.008 casos de intoxicação por medicamentos foram registrados no Brasil, ultrapassando até mesmo intoxicações ocasionadas por agrotóxicos, raticidas e domissanitários. Na região Nordeste, dos 25.008 casos registrados em todo o território nacional, 1.739 são representados pelos estados nordestinos com um índice de (11%), novamente ultrapassando outras modalidades de intoxicações como metais, produtos químicos industriais e animais peçonhentos. (SINITOX, 2014).

Segundo um estudo realizado na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul em 2014, no qual teve como base 1.451 indivíduos com uma faixa etária igual ou superior a 60 anos, constatou-se como resultados da pesquisa que entre os 5.700 medicamentos utilizados, 5.651 poderiam ser avaliados de forma inadequada. Destes, 937 eram potencialmente inapropriados para os adultos mais velhos de acordo com o critério das cervejas de 2012 (16,6%). Aproximadamente 42,4% dos adultos mais velhos estudados usaram pelo menos um medicamento considerado como potencialmente inapropriado. O grupo de medicamentos para o sistema nervoso respondeu por 48,9% do total de medicamentos potencialmente inapropriados. Na análise, as variáveis mulheres, idade avançada, raça branca, baixo nível educacional, polifarmácia, automedicação e carga de doença foram associadas ao uso de medicamentos potencialmente inapropriados. (LUTZ, 2017).

Alguns fatores podem propiciar a automedicação entre a população, sendo um dos motivos não haver tempo para participar de uma consulta médica, da mesma forma que a família gera influência para desenvolver esta prática, principalmente porque os medicamentos são recomendados entre parentes que apresentaram sintomas similares (DEL, 2017). A variedade de produtos fabricados pela indústria farmacêutica, a facilidade de comercialização de remédios e a própria cultura e comodidade assimilada pela

sociedade que vê na farmácia um local onde se vende de tudo; a grande variedade de informações médicas disponíveis, sobretudo em sites, blogs e redes sociais, também está entre os fatores que contribuem para a automedicação (OMS, 2012).

O uso de medicamentos de maneira incorreta ou irracional para a saúde daqueles que estão habituados a se automedicar são os perigos de intoxicação e resistência aos remédios, assim como todo medicamento possui riscos que são os efeitos colaterais a utilização inadequada pode trazer, ainda, consequências como: reações alérgicas, dependência e até a morte (OMS, 2012). É comum também automedicar-se com medicamentos armazenados em casa, adquiridos para tratamentos de outras patologias, que muitas vezes não foram seguidos como recomendado pelo prescritor (PATIL, 2014).

Conclusão

Portanto foi observado que a automedicação é uma prática costumeiramente exercida pelos usuários que almejam o alívio imediato do mal-estar. Sendo culturalmente aceita, essa prática é usada pelos usuários como forma considerada mais fácil para amenizar os sintomas decorrentes de algum problema de saúde, muitas vezes, ocasionando danos mais graves ou até mesmo mascarando determinados sintomas.

A automedicação por conta própria ou por indicação de pessoas não habilitadas, influência de informações obtidas através de pesquisas na internet, ou expostas em outros meios de comunicação, sem orientação de um profissional de saúde, podem gerar complicações relacionadas ao uso irracional de medicamentos. Sendo assim, uma prática danosa à saúde considerada relevante para a Saúde Pública.

Com o advento da tecnologia, através do qual é possível obter com facilidade informações na internet ou em outros meios de comunicação, em paralelo com um sistema de saúde defasado, no qual há dificuldade de conseguir uma consulta médica, ocasiona uma ascensão desta prática. Outro fator relevante é o valor cultural, considerando que este é um hábito passado de geração a geração como conhecimento empírico, e praticado desde os tempos mais remotos, com a utilização de plantas medicinais, que ainda são usadas, em altos índices, seja em remédios caseiros, ou até mesmo na elaboração de medicamentos fitoterápicos.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que a automedicação é praticada de forma irracional, por pessoas que almejam aliviar sintomas ocasionados por problema de saúde, e que não têm conhecimento dos possíveis riscos, sendo os principais problemas ocasionados a intoxicação, dependência, resistência aos remédios, reações alérgicas e em casos mais graves levando o usuário a óbito.

Com isso, os usuários devem ser conscientizados dos possíveis riscos que a automedicação irresponsável pode ocasionar a saúde, como forma de matá-los atentos as consequências provocadas pelo uso irracional dos medicamentos. É importante também que haja divulgação dos perigos relacionados a essa prática, seja através do meio televisivo, redes sociais, cartazes ou de palestras que atinjam grande parte da sociedade, para que assim, haja o consumo consciente dos medicamentos, e conseqüentemente, a redução das complicações propiciadas por essa ação inadequada. Já que somente um profissional de saúde habilitado pode orientar corretamente a respeito do uso de medicamentos para o tratamento das doenças.

Referências

ARRAIS, P. S. D. Fernandes, M. E. P. et al. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saúde Pública**. V.50; n.2; p.1-7, 2016.

BARBOSA, F.O. Moraes, L. C. A. et al. Intoxicação por Paracetamol: Um Relato de Caso. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**. p.1,7-8, 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução Nº 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cartilha para promoção do Uso Racional de medicamentos**. Brasília – DF, 2015.

CRUZ, M. J. B. Dourado, I. F. N. et al. Medication use among children 0-14 years old:

population baseline study. **Jornal de Pediatria**. V.90; n.6; p.1, 2014.

DEL, M. T. R. Diaz-Perez, A. et al. Automedicación y Creencias en Torno a su Práctica en Cartagena, Colômbia. **Revista Cuidarte**. V.8; n.1; p.9, 2017.

DOMINGUES, P. H. F, Galvão, T.F. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Revista de Saúde Pública**. V.26; n.2; p.1 , 2017.

FERNANDES, W. S. Cembranelli, J. C. Self-Medication and Irrational use of Medications: Role of Professional Pharmacist to Combat this Practice. **Revista Univap**. V.21; n.37; p.1, 2014.

Folha Informativa Farmacoterapêutica. CINFARMA – Centro de Informação Farmacêutica do Departamento de Farmacovigilância, DNME/MINSA. **Centro de Informação sobre Medicamentos como Suporte Farmacoterapêutico**. p.2, 2015.

LUTZ, B. H. Miranda, V. I. A. et al. Inadequação do uso de medicamentos entre idosos em Pelotas, RS. **Revista de Saúde Pública**. V.51:52; p.1, 2017.

OMS. Organização Mundial da Saúde. BVS. **Automedicação**. Brasil. 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/255_automedicacao.html>. Acesso em: 20/01/2018.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. **Os Perigos da Automedicação**, 2016. Disponível em: <<https://www.endocrino.org.br/os-perigos-da-automedicacao/>>. Acesso em: 02/02/2018.

PATIL, S. B. Vardhamane, S.H. et al. Self-Medication Practice and Perceptions Among Undergraduate Medical Students: A Cross-Sectional Study. **Journal of Clinical and Diagnostic Research**. V.8; n.12; p.20-23, 2014.

SINITOX, Casos Registrados de Intoxicação Humana, de Intoxicação Animal e de Solicitação de Informação por Agente Tóxico. Brasil, 2014. Disponível em: <<https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//%202014-Brasil-Tabela%2004.pdf>>. Acesso em: 15/01/2018.

SINITOX, Casos Registrados de Intoxicação Humana, de Intoxicação Animal e de Solicitação de Informação por Agente Tóxico. Região Nordeste, 2014. Disponível em: <https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//2014-Nordeste-Tabela2_0.pdf>. Acesso em: 15/01/2018.

SOUZA, T. T. Godoy, R. R. et all. Morbidade e mortalidade relacionadas a medicamentos no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada.** V.35; n.4; p.2, 2014.